

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU**

**PREGÃO ELETRÔNICO 43/2026**

**PROCESSO 1334/2026**

**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº**

**CLÁUSULA 1.<sup>a</sup>. DO OBJETO**

**CLÁUSULA 2.<sup>a</sup>. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA PRORROGAÇÃO**

**CLÁUSULA 3.<sup>a</sup>. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA 4.<sup>a</sup>. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**CLÁUSULA 5.<sup>a</sup>. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**CLÁUSULA 6.<sup>a</sup>. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

**CLÁUSULA 7.<sup>a</sup>. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

**CLÁUSULA 8.<sup>a</sup>. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA 9.<sup>a</sup>. DO PAGAMENTO**

**CLÁUSULA 10.<sup>a</sup>. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**CLÁUSULA 11.<sup>a</sup>. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**CLÁUSULA 12.<sup>a</sup>. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**CLÁUSULA 13.<sup>a</sup>. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUSULA 14.<sup>a</sup>. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA 15.<sup>a</sup>. DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA 16.<sup>a</sup>. DO FORO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU**

**PREGÃO ELETRÔNICO 43/2026**

**PROCESSO 1334/2026**

**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº**

O **MUNICÍPIO DE MARAU/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.599.122/0001-24, com sede na Rua Irineu Ferlin, nº 658 na cidade de Marau – RS, neste ato representado pela Prefeita Municipal de Marau **NAURA BORDIGNON**, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alberto Borella, n.º179, Apartamento 604, Centro, nesta cidade de Marau – RS, doravante denominado **CONTRATANTE** e ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º ....., com sede na Rua ....., ....., na cidade de ....., CEP ..... representada, neste ato, por ....., inscrita no CPF sob o nº ..... doravante denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado este termo contratual, com fundamento no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026** e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais legislação aplicável, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula 1.ª. DO OBJETO**

§1º. O presente contrato tem por objeto a ***Aquisição de prêmios para servidores municipais, conforme Lei Municipal nº 6.571/2026***, a ser executado pelo **CONTRATADO**, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e na proposta apresentada:

<i>Item</i>	<i>UN</i>	<i>Quant.</i>	<i>Código</i>	<i>Descrição do Produto/Serviço</i>	<i>Marca</i>	<i>Valor unitário R\$</i>	<i>Valor total R\$</i>
1	UN	72	007.004.155	Carregador portátil tipo power bank, com capacidade mínima de 20.000mAh, potência mínima de 22,5W, compatível com tecnologia de carregamento rápido, contendo cabo USB-C integrado, no mínimo uma porta USB-A e uma porta USB-C. Deve possuir indicador de nível de carga, sistema de proteção contra sobrecarga, superaquecimento e curto-circuito, homologação ANATEL vigente e garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.			

2	UN	3	001.103.001	Relógio inteligente tipo smartwatch, com tela AMOLED mínima de 1,74", estrutura em alumínio ou material resistente similar, pulseira em silicone na cor preta, compatível com monitoramento de atividades físicas e esportivas. Deve possuir GPS integrado, conectividade Bluetooth, monitoramento contínuo de frequência cardíaca, oxigenação do sangue (SpO2), monitoramento de sono, resistência à água mínima 5 ATM, bateria recarregável e compatibilidade com sistemas Android e iOS. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.			
3	UN	13	012.266.004	Tablet com tela mínima de 8,7", resolução mínima de 1340 x 800 pixels, capacidade mínima de armazenamento interno de 64GB e memória RAM mínima de 4GB. Deve possuir conectividade Wi-Fi, sistema operacional Android 15.0 ou superior, leitor de cartão microSD, GPS integrado, câmera frontal mínima de 5MP e câmera traseira mínima de 8MP. O equipamento deverá possuir bateria com capacidade mínima de 5.100mAh, conexão USB-C, alto-falante e microfone integrados, peso máximo aproximado de 335g, na cor prata ou similar. O produto deverá acompanhar cabo USB compatível para carregamento e transferência de dados e carregador bivolt. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.			
4	UN	32	012.117.023	Televisor Smart TV com tela mínima de 32", resolução mínima HD, conversor digital integrado, conectividade Wi-Fi e entrada para rede Ethernet, sistema operacional smart compatível com aplicativos de streaming (Android TV, Google TV, webOS, Tizen ou equivalente), no mínimo 2 entradas HDMI, no mínimo 1			

				entrada USB, entrada para antena digital, áudio integrado, controle remoto, alimentação bivolt automática e acompanhado de cabo de alimentação. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.			
5	UN	2	012.117.024	Televisor Smart TV com tela mínima de 43", resolução mínima 4K UHD, conversor digital integrado, conectividade Wi-Fi, Bluetooth e entrada para rede Ethernet, sistema operacional smart compatível com aplicativos de streaming (Android TV, Google TV, webOS, Tizen ou equivalente), no mínimo 2 entradas HDMI, no mínimo 1 entrada USB, entrada para antena digital, áudio integrado, controle remoto, alimentação bivolt automática e acompanhado de cabo de alimentação. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.			

§2º. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

§3º. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o termo de referência, o estudo técnico preliminar, o edital da licitação, a proposta do **CONTRATADO** e todos os anexos dos documentos citados.

## **Cláusula 2.ª. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA PRORROGAÇÃO**

§1º. O prazo de vigência da contratação será de 03 (três) meses, contados da assinatura do termo contratual.

§2º. O prazo de vigência da contratação, poderá ser prorrogado, conforme o disposto no artigo 111 da Lei Federal 14.133/2021, mediante termo aditivo, quando o objeto não for entregue no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do **CONTRATADO**, conforme disposição legal.

## **Cláusula 3.ª. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

§1º. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da ordem de entrega emitida pela Secretaria solicitante.

§2º. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, solicitado por escrito e durante o transcurso do referido prazo.

§3º. Caso não seja possível realizar a entrega na data assinalada, o **CONTRATADO** deverá comunicar ao Fiscal do Contrato das razões respectivas, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria solicitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

§4º. Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações exigidas no Termo de Referência e Edital. Neste caso, o **CONTRATADO** fica obrigada a substituir os produtos irregulares, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da comunicação da Secretaria Municipal solicitante ou Fiscal do Contrato, sem custo adicional para o Município.

§5º. No caso de descumprimento dos prazos determinados, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.

§6º. O **CONTRATADO** deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta Licitação.

#### **§7º. DOS PRODUTOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

§8º. Os produtos deverão atender às especificações constantes na descrição dos objetos, conforme quadro do tópico 2.1. e demais disposições constantes no Termo de Referência.

§9º. Os produtos deverão ser entregues junto ao Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Marau, situado na Avenida Júlio Borella, nº 2509, bairro São Cristóvão, Marau/RS, nos horários e dias de expediente da Prefeitura Municipal de Marau, de segunda à sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, momento em que servidor responsável conferirá quanto à conformidade com o Termo de Referência e Edital.

§10º. Todos os itens, deverão ser novos, de primeira qualidade e estar acompanhados de todos os acessórios, manuais de instalação/instrução e do certificado de garantia. Os manuais e certificados deverão estar escritos em português, assim como conter o fabricante, a marca e o modelo do item ofertado.

§11º. Não serão aceitos produtos de marcas, modelos e/ou fabricantes diferentes daqueles constantes na proposta vencedora e nota de empenho.

§12º. No momento da entrega será avaliada a condição dos produtos. Produtos não identificados, embalagens violadas ou entregas diferentes das especificações descritas no presente Termo de Referência e Edital, farão com que os mesmos não sejam aceitos.

§13º. O **CONTRATADO** deverá, no momento da entrega dos produtos, apresentar ao Fiscal do Contrato, Termo de Garantia de no mínimo 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo.

§14º. Caso os produtos não possuam as garantias exigidas, o **CONTRATADO** deverá obrigatoriamente incluir em sua proposta as garantias adicionais e/ou complementares, necessárias para o pleno atendimento das exigências descritas no Termo de Referência e Edital.

§15º. Todos os custos referentes a entrega e transporte dos produtos são de responsabilidade do **CONTRATADO**, o qual também deverá descarregar em local indicado pelo fiscal ou servidor

designado para tal, comprometendo-se ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes, exonerando-se integralmente o Município.

**§16º.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e no Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

**§17º.** Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal que executará o objeto ora contratado, serão da exclusiva responsabilidade do **CONTRATADO**, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município.

#### **Cláusula 4ª. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**§1º.** O **CONTRATADO** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega dos produtos.

**§2º.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**§3º.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

**§4º.** Efetuar comunicação ao **CONTRATANTE**, assim que tiver ciência da impossibilidade de execução no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

**§5º.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

**§6º.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

**§7º.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal 14.133/2021.

**§8º.** Cumprir as Portarias e Resoluções do Município.

**§9º.** Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais relativos aos profissionais envolvidos na execução do contrato serão de responsabilidade exclusiva do **CONTRATADO**.

#### **Cláusula 5ª. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- §1º. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, de acordo com o contrato e seus anexos;
- §2º. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- §3º. Efetuar o pagamento para o **CONTRATADO** do valor correspondente à entrega do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- §4º. Aplicar ao **CONTRATADO** as sanções previstas na lei e neste termo;
- §5º. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- §6º. O **CONTRATANTE** terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir demandas do **CONTRATADO**, assim como o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- §7º. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo **CONTRATADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CONTRATADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- §8º. Notificar o **CONTRATADO**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- §9º. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo **CONTRATADO**.

#### **Cláusula 6.ª. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

- §1º. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com as disposições do Termo de Referência, do Edital e deste Contrato, bem como com as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- §2º. As comunicações entre o Município e o **CONTRATADO** deverão ser realizadas formalmente, preferencialmente por e-mail, sempre que o ato exigir tal formalidade.
- §3º. O Município poderá convocar o representante legal do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, relacionadas à execução contratual.
- §4º. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial, com a finalidade de apresentar as diretrizes de execução, os procedimentos de fiscalização e os demais esclarecimentos necessários ao regular cumprimento do objeto.
- §5º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e pelos fiscais do contrato, conforme portaria vigente, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- §6º. Atuarão na gestão e fiscalização contratual os seguintes agentes:
- I — Gestor do Contrato:** Nelci Silvestri;
- II — Fiscal Administrativo:** será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo;
- III — Fiscal Administrativo Suplente:** será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo;

§7º. O gestor do contrato coordenará o acompanhamento da execução contratual, mantendo atualizados os registros formais pertinentes, inclusive quanto à Ordem de Entrega, ocorrências verificadas, eventuais alterações contratuais e demais atos relacionados à gestão do ajuste.

§8º. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais, bem como as providências adotadas em relação às ocorrências verificadas na execução do objeto, comunicando à autoridade competente as situações que ultrapassarem sua esfera de atuação.

§9º. O gestor do contrato adotará as providências necessárias à formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quando cabível, observada a legislação vigente.

§10º. Ao término da vigência contratual, o gestor do contrato poderá elaborar relatório final de acompanhamento, registrando as ocorrências relevantes da execução, os resultados alcançados, os problemas identificados e as soluções eventualmente adotadas.

§11º. O fiscal administrativo acompanhará os aspectos formais e administrativos da execução contratual, verificando o cumprimento das condições estabelecidas no contrato e nos documentos que instruem a contratação.

§12º. O fiscal administrativo anotará em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando, quando cabível, as medidas necessárias à regularização de faltas ou inconsistências verificadas.

§13º. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na tentativa de saneamento da irregularidade, reportando ao gestor do contrato quando a situação demandar providências além de sua competência.

§14º. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará os atos necessários ao empenho e ao pagamento, bem como poderá solicitar os documentos comprobatórios pertinentes, quando necessário.

§15º. O fiscal administrativo comunicará ao gestor do contrato e à Secretaria Municipal de Administração em tempo hábil, o término da vigência contratual, para fins de avaliação das providências administrativas cabíveis.

§16º. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificação ao **CONTRATADO** para correção da execução contratual, fixando prazo razoável para saneamento, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

§17º. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, as situações que demandem decisão ou adoção de providências que ultrapassem sua competência.

§18º. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada na execução contratual.

## **CLÁUSULA 7.ª. DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS**

§1º. O Fiscal ou Responsável da Secretaria solicitante fará recebimento nos termos do artigo 140, II, "a" e "b", da Lei 14.133/21, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, o responsável receberá os produtos para efeito de verificação da conformidade dos mesmos com o solicitado no Edital;

b) Definitivamente, o responsável fará o recebimento definitivo, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após o recebimento provisório e após a verificação da qualidade e características dos produtos entregues, e consequente aceitação.

c) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, o fiscal informará ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis.

§2º. O recebimento dos produtos pelo Município não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATADO**, por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos verificados posteriormente, garantindo-se ao Município as faculdades previstas no art. 18 e 19 da Lei nº 8.078/90.

### **CLÁUSULA 8ª DA SUBCONTRATAÇÃO**

§1º. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, devendo o **CONTRATADO** fornecer e entregar diretamente os produtos, mantendo integral responsabilidade pelo cumprimento das obrigações assumidas perante a Administração, inclusive aquelas decorrentes do Pregão Eletrônico e dos instrumentos contratuais dela derivados.

### **CLÁUSULA 9.ª. DO PAGAMENTO**

§1º. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega, a contar do recebimento e aprovação da fatura, pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal solicitante.

§2º. O **CONTRATADO** deverá obrigatoriamente informar nas Notas Fiscais de fatura, em local de fácil visualização, a identificação do presente Pregão Eletrônico, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos produtos e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

§3º. O **CONTRATADO** deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório. A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

§4º. Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais.

b) Certificado de Regularidade perante o FGTS.

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

I. Conforme legislação vigente, é assegurado ao município o direito de efetuar retenções tributárias, incluindo INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último conforme a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e Decreto Municipal nº 5.823/2021.

§5º. Para fins de pagamento, o **CONTRATADO** deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto à tesouraria do Município, o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, do **CONTRATADO**.

§6º. O valor devido ao **CONTRATADO**, não sendo pago no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC,

acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

§7º. Nenhum pagamento será efetuado ao **CONTRATADO** enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

§8º. O pagamento ao **CONTRATADO**, pela entrega dos produtos, ficará condicionado ao cumprimento das exigências dos parágrafos anteriores, o qual será afirmado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

§9º. O **CONTRATADO** deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

§10º. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o **CONTRATADO** adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o **CONTRATADO** ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.

§11º. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o **CONTRATADO** apresente, na entrega da nota fiscal de pagamento, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2012, devendo ser atualizada anualmente pelo **CONTRATADO**.

§12º. Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

#### **Cláusula 10.ª. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

§1º. As despesas referentes ao objeto desta contratação serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias, vigentes e/ou subsequentes:

Unidade: 000301

Funcional: 04.122.0002.2009.0000

Categoria Econômica: 3.3.90.31.99

ORGAOS SUBORDINADOS MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO OUTRAS PREMIAÇÕES

#### **Cláusula 11.ª. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

§1º. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data-base do orçamento estimado a que a proposta se referir, nos termos do art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

§2º. Ultrapassado o prazo de 12 (doze) meses, os valores contratados poderão ser reajustados pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro índice que vier a substituí-lo, observado o interregno mínimo anual e a data-base vinculada ao orçamento estimado.

§3º. O reajuste será formalizado por apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, salvo quando houver necessidade de alteração contratual correlata.

§4º. Os preços contratados poderão ser revisados, para mais ou para menos, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de riscos estabelecida no contrato.

§5º. Também poderão ensejar alteração dos preços contratados, para mais ou para menos, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, desde que ocorridas após a apresentação da proposta e com comprovada repercussão sobre os preços contratados, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

§6º. A majoração dos valores deverá ser requerida pelo **CONTRATADO** nos termos do Decreto Municipal nº 5.751/2021, mediante protocolo no sistema Flowdocs, pelo endereço eletrônico <https://marau.flowdocs.com.br/public/home>. O pedido deverá ser devidamente fundamentado e acompanhado de documentação comprobatória suficiente para demonstrar a ocorrência de fato superveniente apto a justificar a revisão do valor contratado, sendo analisado pela Administração com base no conjunto probatório apresentado, em pesquisa de mercado atualizada e nas diligências que se mostrarem necessárias.

§7º. O pedido de revisão deverá demonstrar, de forma objetiva, a relação entre o fato superveniente alegado e a efetiva repercussão nos custos da execução contratual, não sendo suficiente a mera alegação de aumento de preços, variação ordinária de mercado ou apresentação isolada de notas fiscais, sem a correspondente comprovação do impacto global sobre a equação econômico-financeira do contrato.

§8º. Caso deferido o pedido de revisão, a majoração do valor produzirá efeitos somente em relação às obrigações executadas após a data do protocolo do requerimento, desde que vinculadas a empenhos, ordens de fornecimento ou ordens de serviço emitidas a partir dessa data, não alcançando obrigações já formalizadas anteriormente.

§9º. Durante o trâmite e a análise do pedido de revisão, a execução do objeto deverá ser mantida pelo **CONTRATADO** nas condições pactuadas, sem prejuízo de eventual pagamento complementar pelo valor atualizado, caso o pedido seja deferido, relativamente às obrigações executadas após a data do protocolo do requerimento e vinculadas a empenhos, ordens de fornecimento ou ordens de serviço emitidas a partir dessa data.

§10º. Caso a solicitação de revisão não seja acolhida, a recusa ou o descumprimento da obrigação de executar o objeto caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando o **CONTRATADO** à aplicação das sanções cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa.

§11º. Quando os preços contratados se tornarem superiores aos praticados no mercado, o Município poderá convocar o **CONTRATADO** para negociação, visando à redução dos valores e à sua adequação aos preços de mercado.

§12º. Havendo concordância do **CONTRATADO**, a redução dos preços será formalizada por termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza do ajuste, produzindo efeitos a partir da respectiva formalização, salvo disposição expressa em sentido diverso.

§13º. Não havendo êxito na negociação para redução dos preços, a Administração adotará as providências cabíveis, nos termos da legislação aplicável e das disposições contratuais, sem prejuízo da análise quanto à manutenção da vantajosidade da contratação.

#### **Cláusula 12.ª. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

§1º. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

§2º. O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§3º. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

§4º. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Cláusula 13.ª. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

§1º. Na vigência do Contrato, o **CONTRATADO** estará sujeito às seguintes penalidades, observando o art. 156 da Lei 14.133/2021, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

**I. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar):** suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de até 10% sobre o valor estimado da contratação;

**II. Pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido:** advertência por escrito sempre que verificadas;

**III. Quando não corrigir as deficiências solicitadas pelo Município, em tempo hábil, acertado pelo Município através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s):** aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**IV. Dependendo da gravidade da falta:** suspensão do direito de licitar com o Município, num prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento);

**V. Nos casos de falta grave:** declaração de inidoneidade para licitar e contratar por até 5 (cinco) anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.

§2º. Para efeitos da aplicação das sanções previstas nesta cláusula, fica a exclusivo critério do **CONTRATANTE** a definição do que sejam “pequenas irregularidades”, “gravidade da falta” e “falta grave”.

§3º. No caso de aplicação de multa, o **CONTRATADO** será notificado, por escrito, da referida sanção, tendo ela o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

§4º. Salvo no caso de advertência, as penalidades serão registradas e publicadas no sítio eletrônico oficial do Município.

§5º. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### **Cláusula 14.ª. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

§1º. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do **CONTRATANTE** nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao **CONTRATADO** o contraditório e a ampla defesa.

§2º. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/21.

§ 3º. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do **CONTRATADO** nas hipóteses do art. 137, §2º, com as consequências previstas no art. 138 §2,º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 4º. Nas hipóteses previstas no parágrafo terceiro, a manifestação de intenção de extinção contratual por parte do **CONTRATADO** deverá ser realizada com, no mínimo **30 (trinta) dias** de antecedência da ocorrência de seus efeitos.

§5º. O termo de extinção será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e indenizações ou multas.

§6º. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

#### **Cláusula 15.ª. DA PUBLICAÇÃO**

§1º. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio eletrônico oficial, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **Cláusula 16.ª. DO FORO**

§1º. Resta estabelecido o Foro da Comarca de Marau - RS, o competente para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias advindas desta relação.

E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este contrato, para que produza seus efeitos jurídicos.

Marau, ... de ..... de ..... .

**[NOME DO CONTRATADO]  
CONTRATADO**

**MUNICÍPIO DE MARAU  
CONTRATANTE**